

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
NÚCLEO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS – SETOR DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

MARIA LÚCIA FIGUEIREDO MATOZO



SÍNDROME DE ASPERGER E SUA PARTICIPAÇÃO NO VESTIBULAR

CURITIBA
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
NÚCLEO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS – SETOR DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

MARIA LÚCIA FIGUEIREDO MATOZO

SÍNDROME DE ASPERGER E SUA PARTICIPAÇÃO NO VESTIBULAR

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora Prof^a Dr^a Jandicleide Lopes

CURITIBA
2016

SÍNDROME DE ASPERGER E SUA PARTICIPAÇÃO NO VESTIBULAR

MATOZO, Maria Lúcia Figueiredo

RESUMO

O presente trabalho aborda o histórico da síndrome de asperger que é uma variante do autismo, bem como um breve histórico sobre o autismo e a síndrome de asperger. Mostrando a necessidade da inclusão nas escolas e universidades, onde os professores e toda a equipe diretiva deve estar preparado para atender alunos com deficiência, atualizando-se constantemente. A família precisa estar apoiando o trabalho da escola inclusiva em todas as suas propostas que venham para aprimorar o ensino do aluno com deficiência, quando houver necessidade de acompanhamento com equipe multidisciplinar e a escola não oferecer esses recursos, é obrigação da família fazê-lo da melhor forma possível. Pensando na inclusão não podemos deixar de lado os aspectos biológicos e comportamentais para segundo plano, é preciso ter um olhar para esse aluno que se desenvolve no seu modo de pensar e agir. Para ele conquistar a sua posição no ensino superior deve-se preparar o aluno para participar do vestibular que atenda todas as suas especificidades e posteriormente a sua vida acadêmica, com professores preparados para inclusão nas universidades. Assim o aluno com síndrome de asperger poderá participar do vestibular com sucesso.

Palavras chaves: Autismo, Asperger, Ensino- Aprendizagem, Inclusão e Vestibular

1-INTRODUÇÃO

Atuo como Professora na Educação Especial há muitos anos, o que mais atrai a minha atenção é estudar sobre as causas e como trabalhar com o aluno portador de transtornos globais de desenvolvimento (Autista e Síndrome de Asperger).

No Colégio onde estou trabalhando atualmente temos alunos com necessidades especiais que são atendidos com apoio especializado de acordo as suas necessidades, a grande maioria desses alunos apresentam deficiência intelectual e são atendidos nas Salas de Recursos, alguns são encaminhados ao CADEP (Centro de Avaliação Educacional de Paranaguá) para avaliação, outros alunos que já têm avaliação podem ser encaminhados ao CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) para fazer um trabalho diferenciado, são centros de atendimentos composta por uma equipe multidisciplinar completa (psicólogas, fisioterapeutas, assistentes sociais, etc...).

Atualmente a educação brasileira trabalha com a inclusão de alunos portadores de necessidades especiais, desde o berçário a universidade, portanto, temos a transversalidade com uma educação inclusiva.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, consideram-se alunos com deficiência aqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade (Brasil, 2008, p.9).

É de conhecimento de todos que lidar com as diferenças não é um processo fácil. Atualmente para garantir a inclusão é necessário mudança de atitudes e valores, bem como respaldo na Constituição Federal – 1988, Lei nº 9394/96 – LDB da Educação Nacional – capítulo V, Decreto nº 2.208/97 – Regulamenta a Lei 9394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, PNE – Educação Especial, PN de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva – 2008, Decreto nº 6571/2008 – dispõe sobre o apoio técnico e financeiro que a União deverá prestar aos sistemas públicos de ensino com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional, Decreto nº 7611/2011 – dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

Embora inúmeras pesquisas que ainda vem sendo desenvolvidas para definirmos o que seja o autismo, desde a primeira descrição feita pelo estudioso Kanner em 1943, existe um consenso em torno do entendimento de que o que caracteriza o autismo são aspectos observáveis que indicam déficits na comunicação e na interação social, além de comportamentos repetitivos e áreas restritas de interesse. Essas características estão presentes antes dos 3 anos de idade, e atingem 0,6% da população atualmente, sendo quatro vezes mais comuns em meninos do que em meninas. A noção de espectro do autismo foi descrita por Lorna Wing em 1988, e sugere que as características do autismo variam de acordo com o desenvolvimento cognitivo, assim, em um extremo temos os quadros de autismo associados à deficiência intelectual grave, sem o desenvolvimento da linguagem, com padrões repetitivos simples e bem marcados de comportamento e déficit importante na interação social, e no extremo oposto, quadros de autismo, chamados de síndrome de asperger, sem deficiência intelectual, sem atraso significativo na linguagem, com interação social peculiar e bizarra, e sem movimentos repetitivos tão evidentes (<http://www.ama.org.br>)

O NAC é o Núcleo de Acessibilidade da Universidade Estadual de Londrina, é composto por uma equipe multidisciplinar completa que trabalha para a remoção de barreiras físicas, arquitetônicas, metodológicas e atitudinais dentro da UEL, onde é elaborado atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência física, visual e auditiva, transtornos globais de desenvolvimento e alunos com altas habilidades, a equipe multidisciplinar junto com os professores prestam atendimentos educacionais diferenciados para o ensino aprendizagem, a avaliação e a inclusão do aluno (Ingrid Ausec – Psicóloga – Coordenadora do NAC).

Foi criado em 1991, como Comissão Permanente de Acompanhamento de estudantes com deficiência, em 2002 foi reformulado pela Resolução CEPE nº 70/02, passando a denominar-se

Programa de Acompanhamento a Estudantes com Necessidades Especiais, em 2008 foi desenvolvida uma atividade chamada Praticando Inclusão, onde a comunidade universitária por meio de eventos culturais e científicos passou a discutir sobre a educação especial no ensino superior, era preciso questionar se a Universidade Estadual

de Londrina estava sendo realmente uma universidade inclusiva, em 2009 consolida suas ações na área da Educação Especial sendo reestruturado enquanto Núcleo de Acessibilidade da Universidade Estadual de Londrina (Ingrid Ausec – Psicóloga – Coordenadora do NAC).

O aluno portador da Síndrome de Asperger ao fazer a sua inscrição para o vestibular, deve também preencher um formulário próprio da UEL para vestibular especial, esse aluno junta o xerox da sua inscrição e formulário que informa sua condição intelectual, mais o laudo médico ou psicológico e envia à Comissão Estadual de Vestibular da Universidade. A comissão de vestibular encaminha à equipe multidisciplinar que fará as adaptações necessárias para o vestibulando em questão, isto é, o aluno com Síndrome de Asperger terá como adaptação um tempo maior para fazer a prova pois pode apresentar comportamentos perfeccionista na realização da prova, de acordo com o Regimento da UEL, pode ser uma opção para os vestibulandos com grau elevado de ansiedade nos relacionamentos sociais ou com outros quadros psiquiátricos associados ficarem numa sala com poucos vestibulandos, a Universidade sempre procura não colocar o vestibulando em situações constrangedoras diante de seus colegas. (Regimento da UEL- 2015)

Atualmente fala-se muito na inclusão de alunos com necessidades especiais, as escolas estão se aprimorando cada vez mais através de cursos que venham esclarecer as dúvidas dos professores e equipe pedagógica sobre este assunto, bem como preparar o ambiente para receber este alunado, diante dessa perspectiva poderemos pensar no aluno dentro do processo de ensinoaprendizagem desde o primeiro ano de escolarização até a universidade, então podemos refletir: Como ocorrerá o ensino aprendizagem do síndrome de asperger na universidade? Será realizado o processo de inclusão no vestibular e na sua vida acadêmica?

O principal objetivo da pesquisa é “compreender o processo de inclusão para o aluno com deficiência desde o seu vestibular até o término de sua vivência acadêmica com direito a educação de qualidade.”

A sociedade contemporânea nos faz repensar a necessidade de aprimorar a formação do professor universitário, pautado nas políticas públicas de inclusão do aluno deficiente e requer do professor uma preparação mais consciente de sua tarefa na relação com o ensino e aprendizagem, é importante que se atente às concepções educacionais que irão sustentar a sua prática pedagógica no desenvolvimento acadêmico, social, emocional e intelectual adequado a sua necessidade.

As universidades também se deparam com os desafios da formação de um sistema social mais inclusivo, por isso faz-se necessária a promoção de ações que possibilitem a inclusão de sujeitos com algum tipo de deficiência no ambiente acadêmico em condições de igualdade desde o vestibular ao incremento do direito a educação de qualidade.

Os alunos com deficiência que estão em processo de inclusão no ensino superior, precisam ter oportunidades que os levem a reflexões, a análises críticas de suas próprias

crenças e sentimentos a respeito das pessoas com deficiência, além do envolvimento com a construção de outra ordem social. Esse ponto é de extrema necessidade para a mudança na mentalidade da sociedade.

Cada aluno deve receber diferentes atendimentos desde o vestibular até a sua vida acadêmica, sem que isso constitua demérito ou favoreça o desencadeamento de um processo de marginalização, visto que todas as pessoas são diferentes e podem conviver a partir dessa diferenciação. O aluno com deficiência que está cursando o ensino superior encontra muitos obstáculos pela falta de flexibilização das propostas de escolarização.

A preocupação com o acesso ao ensino superior para as pessoas com deficiência é evidenciado pelo MEC, de modo a promover a equidade no ensino superior, mas isso não tem sido o suficiente para garantir uma efetiva inclusão. De acordo com as informações contidas no censo de ensino superior 2011 do INEP foram incluídas as categorias de deficiência: autismo, síndrome de asperger, síndrome de rett, transtorno desintegrativo da infância, altas habilidades/superdotação.

Para finalizar destaca-se que é salutar a importância do investimento na formação inicial e continuada dos professores, não deveria ser desconsiderado o papel dos serviços educacionais especializados e reconhecer como eles estão relacionados ao trabalho pedagógico realizado no ensino superior.

“Os problemas enfrentados pelas pessoas com deficiência nas universidades brasileiras são pouco conhecidos e pesquisados” (Mazzoni – 2012)

2- REFERENCIAL TEÓRICO

O histórico do autismo e síndrome de asperger encontra-se no “Artigo e Realidade” que é uma ONG formada em 2010 por pais e profissionais que ainda procuram as respostas para muitas perguntas sobre autismo e síndrome asperger, também procuram favorecer a busca e a divulgação do conhecimento acerca do autismo e síndrome asperger com objetivo de melhorar a capacidade de adaptação e

qualidade de vida dessas pessoas, estimulando, apoiando e divulgando os estudos científicos cujos resultados trará benefícios as pessoas com deficiência e também a seus familiares.

Breve resumo sobre o autismo e síndrome asperger: o termo autismo foi usado primeiramente pelo psiquiatra Eugen Bleuler em 1908 entre pacientes esquizofrênicos severamente retraídos, Leon A. Kanner psiquiatra no ano de 1943, estudou 11 crianças que tiveram características das dificuldades em interações sociais, a dificuldade de adaptação às mudanças nas rotinas, boa memória, sensibilidade aos estímulos (especialmente som), resistência e alergias por algum alimento, bom potencial

intelectual, a propensão para repetir palavras do orador e dificuldades na atividade espontânea.

Ao longo do tempo houve vários estudos sobre o autismo mas foi em meados de 1980 com Michael Rutter que propôs a definição e a crescente produção de trabalhos sobre o autismo, influenciaram a definição desta condição no DSM III, quando o autismo pela primeira vez foi reconhecido e colocado em uma nova classe de transtornos: os Transtornos Invasivos do Desenvolvimento – TIDs. Esse termo foi escolhido para refletir o fato de que múltiplas áreas de funcionamento do cérebro eram afetadas no autismo e nas condições a ele relacionadas – CID 10 – na época do DSM-III-R, o termo TID foi instaurado e utilizado também na décima revisão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID-10. Rain Man em 1988 torna-se um dos primeiros filmes comerciais a caracterizar um personagem com autismo para conscientizar e sensibilizar a opinião pública sobre o transtorno.

O autismo é uma grande incógnita da medicina, para chamar a atenção para esse transtorno e despertar o interesse da sociedade, em 2007 a ONU instituiu o dia dois de abril como o “Dia Mundial da Conscientização do Autismo”. Esse ato pelo seu simbolismo, abriu possibilidades para um maior diálogo entre as famílias, profissionais da área e os próprios autistas. Veio como um alerta necessário para que o TID antes considerados raros, fossem visto com maior responsabilidade. Pesquisas e interesse pelo TID, onde o autismo aparece como o mais prevalente, têm aumentado ano a ano os casos, produzindo conhecimentos e desmistificando crenças e afastando o que não é científico. Foi descrito pela primeira vez em 1944 por Hans Asperger, psiquiatra e pesquisador austríaco, que considerava a síndrome de asperger que havia observado como uma “perturbação da personalidade” denominando-a de “psicopatia autística”. Lorna Wing psiquiatra, também desenvolve o conceito de autismo como um espectro de condições na década de 1970, posteriormente cunhou o termo síndrome de asperger numa referência à pesquisa de Hans Asperger.

No entanto, só em 1981 foi com este termo “perturbação da personalidade” que Lorna publicou um artigo muito influente, no qual descreve uma série de casos clínicos, usando pela primeira vez o termo síndrome de asperger, sugerindo que este fosse considerado parte do espectro autista, acreditando tratar-se de uma forma ligeira de autismo em crianças inteligentes. Lorna fundou a National Autistic Society – NAS, juntamente com Judith Gold, e o Centro Lorna Wing, foi uma das maiores e mais importantes figuras do mundo do autismo.

A partir dos anos 90 a síndrome de asperger ganha notoriedade, integrando a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde – 10ª Revisão – CID 10, e o Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais – DSM IV. Atualmente o ponto de vista mais prevalente é o de considerar a síndrome de asperger como uma variante do autismo e uma Perturbação Global Invasiva do Desenvolvimento. Alguns autores insistem na classificação da síndrome de asperger

como entidade nosológica (doença) distinta dentro do grupo das Perturbações Globais do Desenvolvimento, enquanto outros continuam a defender que deve ser considerado um autismo de “alto funcionamento”.

No Brasil, a inclusão escolar começou a ser discutida na década de 1980, temos políticas públicas que nos dão amparo legal, como na Constituição Federal de 1988, no art. 208 – “o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.”

O processo de inclusão convida a olhar a pessoa com deficiência de outra maneira, na busca pelos seus potenciais, como pode-se ver brevemente no artigo “O sujeito com síndrome de asperger na escola comum: algumas reflexões” de (Vilmara Mendes Gonring, 2013).

É justamente por fazer uma aposta nestes alunos, e tentando investigar o ensino aprendizagem, que objetivamos pensar o impacto da escola no desenvolvimento dessas pessoas, que não podem ser vistas como alunos limitados pelas deficiências que apresentam. É preciso desvendar quem é esse aluno, como e em que condições ele aprende, e como produzir nele o desejo de aprender. (Drago, 2012).

Na opinião de Vilmara Mendes Gonring, 2013, partindo da perspectiva de que a escola e a sala de aula são os lugares do processo de ensino aprendizagem, temos então uma grande diversidade de alunos que aprendem em locais diferentes, tanto dentro da própria escola e sala de aula, quanto em outros locais, além da escola e sala de aula. Contudo, a escola a todo instante, busca a homogeneização, enquadrando os alunos nas amarras institucionais, não atendendo assim, às suas especificidades e diferenças individuais, o que pode gerar uma relação paradoxal entre inclusão e exclusão a grosso modo. Há de se considerar que o trabalho pedagógico, não só com alunos com deficiência, mas também com todos os alunos do ensino regular, é aquele que tem como ponto de partida e de chegada a inovação e o empenho na mudança de postura face ao outro e às suas capacidades, na criação e na transformação cultural e social desse aluno e nas transformações curriculares e de procedimentos.

A educação inclusiva, tem como característica principal, o ensino para todos, a qualidade de ensino e a permanência na escola regular. Portanto o desenvolvimento do trabalho pedagógico cotidiano em sala de aula é um fator essencial, que necessita estar fundamentado em bases sólidas, tanto teóricas quanto práticas, para assim formar um indivíduo integrado à sociedade que o cerca. O processo de inclusão escolar nos faz rever posturas, porque lidar com a diferença na escola impõe desafios para toda a comunidade escolar. Estes desafios fazem com que as pessoas se juntem para pensar possibilidades.

A família precisa trabalhar junto com a escola, pois ela tem muito a aprender, mas também muito a contribuir. O trabalho deve apresentar caráter interdisciplinar, e a abordagem deve sempre objetivar a melhoria da qualidade de vida do aluno, em qualquer etapa da vida. Há necessidade de se compreender as especificidades cognitivas e

comportamentais do aluno com síndrome de asperger para que possa de fato desenvolver propostas de interação social e afetiva, minimizando assim, problemas apresentados por esses alunos na sala de aula.

Em suma, o processo de ensino aprendizagem do aluno com síndrome de asperger tem permitido compreender que mesmo com todos os desafios, o trabalho pedagógico pode ser realizado, desde que esse aluno passe a ser visto como um ser que produz conhecimento, que aprende e se desenvolve, independente de características físicas, mentais, sensoriais, sociais ou qualquer outra peculiaridade, assim esse aluno poderá ter sucesso no processo de ensino aprendizagem desde a primeira série do fundamental até a universidade (Vilmara Mendes Gonring, 2013).

3- APRESENTAÇÃO DE DADOS

Através dos artigos científicos foram coletados dados para elaboração do trabalho de conclusão de curso de acordo com a descrição no quadro abaixo:

DESCRITORES	TÍTULO DO ARTIGO	RESUMO DO ARTIGO	AUTOR	ANO
Autismo	Transtorno do espectro autista	O professor verá o aluno com na sua forma de pensar e agir na escola, revendo suas pedagógicas e adequando as necessidades de seu aluno.	Fabiana H Santos, Mariana / a Grillo	2015

Síndrome Asperger		O síndrome de asperger precisa ser incluída na sociedade em que vive, essa síndrome deve ser estudada não apenas do ponto de vista pedagógico (inclusão) mas é preciso estudar seus aspectos biológicos para entender suas peculiaridades orgânicas, psicológicas observando o comportamento diante de fatos que possam ocorrer em sua vida cotidiana.	Gilson Maroni Cabral	2015
Ensino regular	O Sujeito com síndrome de asperger não é comum: algumas reflexões	O artigo fala sobre o aluno com síndrome de asperger e os desafios que ele encontrará na escola, mas as possibilidades de desenvolvimento desse aluno é muito grande e precisa sempre contar com a ajuda de sua família.	Vilmara Mendes Gonring	2013

Analisando os dados dessa pesquisa, pode-se perceber que os artigos apresentados falam sobre o histórico do autismo e a síndrome de asperger em conjunto com seus aspectos biológicos, bem como a parte comportamental que se refere as suas atitudes em sua vida cotidiana, o processo de ensino aprendizagem buscando a inclusão do aluno, bem como rever a prática pedagógica que deve estar adequada as necessidades do aluno, para ele estar aprendendo e almejando sucesso em seus estudos, podendo atingir níveis mais altos em sua escolarização como o vestibular que atualmente está se adequando as peculiaridades do calouro com flexibilização de tempo e sistema de provas, mas as pessoas que estão inseridas nesse contexto devem estar sempre se atualizando para melhor atender a esse aluno.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando todo o histórico do aluno com autismo e síndrome de asperger, pode-se observar que foi difícil o seu processo de pesquisa e ainda hoje continuam a busca de soluções para vários aspectos biológicos tornando – se incógnitas que nem a medicina consegue resolver, é também observado o aspecto psicológico diante de comportamentos que esses alunos apresentam no seu cotidiano.

A escola precisa ser inclusiva de fato e de direito para alunos com deficiência, com professores preparados adequadamente para atender esses alunos em todos os níveis de escolaridade, todas as pessoas que trabalham com essa clientela deve sempre estar se atualizando, fazer adaptações curriculares quando necessário, adequar o tempo a necessidade do aluno, a escola deve estar preparada com materiais adequados para essa clientela, pois só assim o processo de ensino aprendizagem será adequado a necessidade do aluno.

A família é muito importante em todo esse processo, pois ela dará suporte ao seu filho e continuidade ao estudo adequadamente, ela precisa estar inserida no processo de ensino e aprendizagem.

Concluindo, todos devem estar preparados para apoiar o aluno desde a sua entrada na escola, a sua participação no vestibular e na sua vida acadêmica.

5- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Secretaria de Educação Especial – MEC/SEESP, 2008. Disponível em: . Acesso em: Set. 2014.

BRASIL. (1988) Constituição da Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. 1989

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2010

Cabral, Gilson Maroni - Síndrome de asperger: aspectos biológicos, psicológicos/comportamentais e pedagógicos educacionais - 2015

Constituição Federal – 1988, Lei nº 9394/96 – LDB da Educação Nacional – capítulo V

Decreto nº 2.208/97 – Regulamenta a Lei 9394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Decreto nº 6571/2008 – dispõe sobre o apoio técnico e financeiro que a União deverá prestar aos sistemas públicos de ensino com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional

Decreto nº 7611/2011 – dispõe sobre a educação especial atendimento educacional especializado e dá outras providências

Elias, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**, Rio de Janeiro: Zahar,1994.

__ **O processo civilizador**: uma história dos costumes, V, 1.2.ed.Rio de Janeiro: Zahar, 1993

__ **O processo civilizador**: formação do estado e civilização, V, 2, Rio de Janeiro: Zahar, 1994

Elias, Norbert- Contribuições para inclusão do aluno com deficiência no ensino superior - 2014

GLAT, Rosana. BLANCO, Leila de Macedo Varela. Educação Especial no contexto de uma educação inclusiva. In: GLAT, Rosana. **Educação Inclusiva**: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007.

Goring, Vilmara Mendes – O Sujeito com síndrome de asperger na escola comum: algumas reflexões - 2013

<http://www.ama.org.br>

NAC - Núcleo de Acessibilidade da Universidade Estadual de Londrina

PNE – Educação Especial, PN de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva – 2008

Santos, Fabiana Haro dos e Grillo, Mariana Aparecida - Transtorno do espectro autista – 2015

ZUKAUSKAS, Patrícia Ribeiro. **Revista Multidisciplinar de desenvolvimento humano**. n 4, Nov, 2001.